

DIÁLOGOS SOBRE DIREITOS HUMANOS: UMA EXPERIÊNCIA NO CHÃO DA ESCOLA.

Avaci Duda Xavier¹

Universidade de Pernambuco – avacix@hotmail.com

Resumo

O presente estudo trata da importância de trabalhar com o componente curricular Direitos Humanos na sala de aula. De modo concreto, a pesquisa centrou-se na aplicação de um questionário semiestruturado em turmas de segundos anos de uma escola pública da rede estadual de educação de Pernambuco. O objetivo principal desse estudo foi identificar quais as contribuições que os DH podem trazer para os alunos ao estudar esse componente curricular na escola. Para a realização desse trabalho fizemos também uma revisão bibliográfica dialogando com autores que estudam essa temática. Os resultados alcançados mostraram que ao estudar Educação em Direitos Humanos na sala de aula, a escola e os seus atores contribuem diretamente para a formação de uma juventude mais humanizada e consciente do seu papel na sociedade. À luz dos resultados obtidos, concluímos que a escola assume um papel protagonista em uma sociedade que tem se tornado cada vez mais fria, técnica e despreocupada com o outro.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Escola, Juventude.

INTRODUÇÃO

A escola, assim como a sociedade passa por um período de transformação, mas que nem sempre é visível. As salas de aulas ainda continuam as mesmas, professores como donos do saber, lousas para anotações, alunos enfileirados, professores pedindo silêncio, etc. As aulas também continuam semelhantes às de cinquenta anos atrás. Professores que utilizam “quase sempre” o livro didático como “única” receita para a construção da aprendizagem. Nesse contexto, nos perguntamos: como a escola pode melhorar na ampliação de saberes de uma juventude que tem sido

¹ Graduado em História (UPE) e Educação Física (UFPE). Professor da Secretária de Educação de Pernambuco. Especialista em História das Artes e das Religiões (UFRPE), Direitos Humanos (UFPE) e Fundamentos da Educação (UEPB). Mestre em Educação Universidad Del Salvador. Atualmente cursa especialização em Gestão e Coordenação Pedagógica pela Universidade de Pernambuco.



bombardeada por muitas informações? É fato que, a escola precisa se modernizar, juntamente com os professores, gestores e as demais pessoas que estão no chão da escola. Nesse contexto, entendemos que os Direitos Humanos ao ser vivenciado na escola pode ser uma importante ferramenta como afirma Candau (2013) “Os Direitos Humanos devem ser o fundamento ético de um paradigma educativo, de uma educação libertadora e transformadora para uma cidadania ativa, daí a importância do papel do (a) educador (a) como agente sociocultural e político”.

Na atualidade, fala-se muito sobre a necessidade da mudança na escola, mas essa precisa sair da teoria e acontecer na prática. A sociedade ao compreender que mudar não depende tão somente de quem está no chão da escola compreenderá que a educação não caminha sozinha. Nesse contexto, o diálogo sobre a questão dos direitos humanos pode ser um elemento favorecedor a essa mudança, ao dialogar com Candau (2013) entendemos que “A Educação em Direitos Humanos combina sempre o exercício da capacidade de indignação com o direito à esperança e admiração da/pela vida, a partir do exercício da equidade que nasce da articulação dos princípios de igualdade e diferença”.

Compreender o outro e respeitar as diferenças é um dos pontos mais importantes a ser vivenciados na escola. Sabemos que a alteridade não é simples de ser vivenciada, apesar de compreender que a escola é o lugar da esperança, do afeto, conforme nos presentia Freire no seu poema Escola “Escola é ... o lugar que se faz amigos. Não se trata só de prédios, salas, quadros, Programas, horários, conceitos... Escola é sobretudo, gente, Gente que trabalha, que estuda, Que alegra...” Dentro desse véis é importante que essa instituição se deixe transformar, se permita incluir e não excluir, pois as nossas escolas quase sempre mais afastam do que aproximam.

Se a escola é o lugar que se faz amigos por que devo ficar calado o tempo todo? Se a escola é o espaço da troca de informações por que não podemos aprender na interação com o outro? Esses questionamentos nos deixam reflexivos sobre a escola da teoria e a escola da prática. Neste artigo, queremos falar de uma nova escola, de um espaço de trocas de saberes, de respeito às diferenças, um lugar real mas que ainda parece distante. Essa escola é terra fértil para a prática dos Direitos Humanos.

Na atualidade, apesar de tantos sabores é importante reconhecer que o Brasil tem avançado quanto à implementação da EDH², embora não se possa falar em unidade nessas experiências, como reconhece Silva e Tavares (cf. 2013, p. 52). Dessa forma, mesmo com os avanços, ainda há muito a fazer, especialmente considerando a distância entre os marcos jurídicos e

² Educação em Direitos Humanos



a sua efetivação, evidenciada na frequente violação dos Direitos Humanos. Fato que “continua motivando, no âmbito nacional e internacional, uma constante produção jurídica de diferentes instrumentos, como declarações, pactos, leis e outros documentos”, como destaca Candau (2010, p. 74-5).

O compromisso com a formação de seres emancipados tem se constituído como próprio do agir pedagógico construído a partir de princípios dos DH³, como pressuposto à vivência democrática, como indica Adorno (1995, p. 142): “Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado”.

Conhecer e dialogar sobre os direitos humanos é muito importante, de modo geral, existe um estigma que está arraigado nas pessoas baseado no senso comum de que tais direitos emergiram para a defesa de criminosos. No Brasil, a construção das opiniões de uma parte da população parece caminhar junto a esse pensamento. Cada vez mais o jeitinho, a manobra, o apadrinhamento e a política da troca, tem feito com que o cidadão perca sua crença em um país sério. Dentro dessa perspectiva a Educação em Direitos Humanos visa favorecer a constituição de uma cultura em Direitos Humanos, com o objetivo de formar uma nova mentalidade, como indicado no PNDH⁴: “a educação e a cultura em Direitos Humanos visam à formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância (Apud Silva, 2013, p. 53)”. Nesse cenário, a mudança de mentalidade está associada à mudança de atitudes, à criação de um modo de agir social “em consonância com uma cultura de respeito ao outro” (SILVA e TAVARES, 2013, p. 55). Tal direcionamento, está vinculado a pressupostos políticos e ético-valorativos, que devem se fazer presentes nas estratégias metodológicas das instituições educativas.

Esse trabalho consiste em uma pesquisa semiestruturada com alunos dos segundos anos de uma escola pública estadual do estado de Pernambuco. A construção dessa pesquisa passa pelo diálogo constante com assuntos relevantes no tocante aos direitos humanos. Nesse sentido gostaria de responder a seguinte pergunta: *Qual a importância de estudar os direitos humanos na sala de aula?* A fim de responder a esse questionamento construímos alguns itens para a consolidação da nossa pesquisa. Os sujeitos desse estudo foram jovens da segunda série do Ensino Médio, que estudam o componente curricular Direitos Humanos desde a primeira série, tendo portanto, conhecimento dos temas propostos.

O presente artigo teve como objetivo *verificar como estudar o componente curricular Direitos Humanos pode contribuir na formação intelectual e humana dos alunos.*

³ Direitos Humanos

⁴ Plano Nacional em Direitos Humanos

Sabemos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no seu artigo primeiro define alguns pressupostos que estão presentes quando afirmamos a seguir:

Educar significa elevar-se, estar acima. Para tanto, é fundamental observar seus princípios: a ética da cooperação e da solidariedade; o respeito à diversidade humana; o reconhecimento do trabalho como meio de transformação do ser humano e da sociedade. É importante também preservar a Natureza para usufruto das futuras gerações e não somente das atuais. A defesa da autonomia também se faz presente. Considerando que a liberdade é o caminho para a educação, para o acesso aos saberes acumulados ao longo da história da Humanidade, convém nunca esquecer da escola. Esta é, sem dúvidas, o espaço de articulação do saber/fazer caracterizado pela visão crítica e reflexiva. Visão que instiga a curiosidade e o desafio de perguntar: quem somos nós? De onde viemos? (LUCENA, Maria de Fátima Gomes de. Cartilha sobre o Assédio Moral na Universidade Pública Brasileira – em elaboração em novembro de 2014).

O jovem atual precisa apropriar-se dos mais variados saberes como forma de ampliação de conhecimento ou como forma de está informado quanto aos seus direitos como ser que vive em sociedade. Isso é o que nos leva a entender porque as violências que praticamos no cotidiano escolar negam nossos direitos humanos.

A escola que protege e educa deve ensinar a leitura da realidade contemporânea. Desse modo se faz relevante entender que o hoje não se sustenta mais no ontem, por isso é preciso fazer leituras várias para um saber transformador, em que questionar, não ultrapasse a linha tênue entre os seres humanos.

A IMPORTANCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

A importância de priorizar a EDH na educação básica deve-se ao papel fundamental da formação humana que cabe à escola, especialmente considerando a realidade dos grupos menos favorecidos para os quais essa instituição se configura um espaço privilegiado de socialização e de acesso a uma herança cultural, a despeito dos limites históricos reconhecidos, no que pese ao seu papel reprodutor das desigualdades sociais. Nesse espaço formativo, aprende-se matemática, língua portuguesa, história, mas também a respeitar o outro e às regras socialmente construídas; aprende-se atitudes e valores que podem afirmar ou negar a vida; aprende-se a ser humano, pois ele não está dado a condição de ser, vivendo-a no inacabamento; deve tornar-se o que é pelo processo educativo. A formação, assim, vai além da acumulação de conhecimento, abarcando, sobretudo a vivência de valores, princípios orientadores para a vida, como processo que visa a constituição integral do ser humano.



A EDH está voltada para a sensibilização e conscientização dos problemas, assim como intervir na sociedade, como expressão de uma *cidadania ativa*. Um dos *princípios* norteadores dessa experiência de EDH refere-se a afirmação da escola como espaço privilegiado de formação: “a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos” (BRASIL, 2006, p. 23).

Na atualidade, dialogar sobre temas que priorizam o ser humano é cada vez mais necessário. Nesse contexto, entendemos que ao adotar o componente curricular Direitos Humanos na escola estamos contribuindo para a efetivação de uma escola inclusiva. Esse espaço de inclusão pode ser visto como um espaço onde se pode debater diversos temas que em geral ficam renegados dos programas escolares. A Declaração dos Direitos Humanos nos aponta que:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

A sociedade atual não pode ficar presa a um pensamento patriarcal e machista que durante muito tempo predominou em nossas escolas. O direito das minorias passou a ser posto em evidência nos anos finais do século XX e início do século XXI quando o tema dos direitos humanos passou a ser debatido nas escolas e universidades. Infelizmente, ainda existam muitos estigmas como nos aponta Soares:

O tema dos DH, hoje, permanece prejudicado pela manipulação da opinião pública, no sentido de associar direitos humanos com a bandidagem, com a criminalidade. É uma deturpação. Portanto, é voluntária, ou seja, há interesses poderosos por trás dessa associação deturpadora. (SOARES, 1998, p. 4)

Aos poucos, temos conseguido trazer esse debate para a sala de aula com o acréscimo nas grades escolares do componente curricular direitos humanos. Frisamos que esse componente faz parte do programa das escolas de tempo integral do governo de Pernambuco. Neste contexto o presente trabalho surgiu do desejo do pesquisador em saber como trabalhar esse componente pode contribuir para a formação intelectual e social dos estudantes pesquisados.

Entendemos que ao levar esse novo componente aos estudantes estamos direcionando os jovens a desenvolver uma visão mais ampliada da vida como destaca Lynn Hunt (2009, p. 26):

“aprender a sentir empatia pelos outros abriu o caminho para os direitos humanos”, portanto, reconhecer o outro como um ser humano é uma forma de reconhecer o valor das pessoas.

A escola deve trabalhar na perspectiva de uma educação inclusiva, refletindo a importância de falar para e na diversidade. Nesse contexto a escola não pode opor-se ao diverso e principalmente aos direitos das minorias. Isso significa a construção de um novo paradigma, uma espécie de reeducação do olhar que nos capacita a enfrentar o fenômeno da *violência*, que não se encontra apenas nos grandes conflitos, nas guerras, mas sobretudo nas práticas cotidianas, que são capazes de impulsionar os grandes atos de violência.

Dessa forma, se faz primordial entender que são nas pequenas atitudes, tais como o ato de “rotular pessoas, ironizar, fazer-se indiferente, usar de arrogância e orgulho, burlar uma fila, fazer alguma intriga e falar mal de alguém” (SAYÃO e PELIZOLLI, 2012, p.26), que surgem os maiores atos de violência. Muito desses fatos podem ser definidos como *bullying*, assédio moral, atitudes que se orientam por uma lógica negadora do outro, potencializando a violência e a violação aos Direitos Humanos e que não podem deixar de ser debatidos no chão da escola.

As escolas têm refletido os problemas da sociedade. As famílias têm jogado para as escolas a responsabilidade de educar e formar uma juventude que parece não saber aonde quer chegar. O cotidiano das sociedades pós-modernas em que vivemos nos apresenta um modo de vida cada vez mais corrido, egoísta e indiferente ao outro. Dessa forma, a escola também acaba trazendo consigo essa forma de pensar e fazer educação. Nessa realidade de indiferença em relação ao outro, cada vez mais é tarefa da educação a sensibilização; o resgate da experiência, que Adorno (1995) denomina de educação para a autonomia, como capacidade para a reflexão e decisão. Em tal proposição o educador desempenha um papel fundamental, na medida em que é capaz de promover a abertura para um “modo de atuar contra o desrespeito e a violência, desagregando a lógica da indiferença, dando lugar a novos olhares e práticas onde repercutam inclusão, a lucidez, o equilíbrio e a aceitação do outro” (SAYÃO & PELIZOLLI, 2012, p. 26).

A educação vem passando por mudanças e dentro dessa perspectiva o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Dessa maneira, vem à tona a necessidade de uma educação inclusiva que constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade

formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva bem como a educação pelo véis dos direitos humanos assume um espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse estudo foi uma revisão bibliográfica seguida por um questionário semiestruturado em que os estudantes expuseram seus conhecimentos a respeito dos temas propostos pelo pesquisador.

Para a realização dessa pesquisa, construímos um questionário semiestruturado com questões fechadas e abertas a fim de conhecer as opiniões dos jovens pesquisados sobre os Direitos Humanos.

DISCUTINDO OS RESULTADOS

Os Direitos Humanos estão intrinsecamente vinculados aos conceitos de democracia e dignidade da pessoa humana, tais princípios foram construídos pela humanidade ao longo da evolução histórica. Para a discussão dos nossos resultados vamos explicar passo a passo como fizemos para a consolidação da nossa pesquisa, para isso, resolvemos dividir o nosso questionário em quadros a fim de facilitar a reflexão sobre as respostas obtidas.

No primeiro quadro, apresentamos as questões fechadas que tinham três possibilidades de respostas (SIM, NÃO ou EM PARTE). Essas perguntas nos possibilitaram conhecer de uma maneira geral qual o nível de conhecimento dos alunos sobre a temática dos direitos humanos.

A pergunta de número um indagava se os jovens sabiam o significado dos termos discriminação e preconceito. A maioria dos 162 pesquisados diziam-se conhecedores do significado de tais palavras. A pergunta de número dois confirmou que quase todos já haviam presenciado casos de preconceito. Grande parte dos entrevistados, disseram que a escola era o lugar mais propício para que esses assuntos fossem tratados uma vez que em casa os pais pouco conversavam sobre tais temas. Portanto, entendemos que a escola e os docentes acabam assumindo um papel relevante no esclarecimento de assuntos que quase sempre as famílias se abstêm de dialogar. Estudar Direitos

Humanos na escola pode ser uma possibilidade de ampliar saberes ao mesmo tempo que, pode ajudar na formação do senso crítico dos discentes sobre assuntos que em geral pouco se dialoga fora do ambiente escolar.

ALGUMAS QUESTÕES	SIM	NÃO	EM PARTE
Você sabe o que significa preconceito/discriminação?	143	22	44
Já presenciou algum caso de preconceito/discriminação?	143	26	6
Na sua escola os professores abordam essa temática?	134	0	39
Na sua casa os seus pais dialogam com você sobre esses assuntos?	54	43	75
Você acha que esses assuntos devem ser tratados na escola?	155	1	9

Quadro 1: Questões pesquisadas

Fonte: O autor

A escola tem se tornado um lugar privilegiado, tanto quanto a família, para a preparação do indivíduo para a convivência em sociedade. Dizemos isso justamente, por que a escola é local da diversidade, da heterogeneidade. Enquanto na família existe uma visão quase sempre uniforme de valores, crenças e costumes, na escola nos deparamos com as diferentes visões e, com isso, precisam desenvolver valores relativos à coletividade, à resolução de conflitos e a compreensão das mais diversas formas de ser e existir.

Entendemos que é urgente a formação de cidadãos conscientes e capazes de se comprometer com valores concernentes a vivência e afirmação da dignidade humana. Constitui-se num desafio superar uma cultura do privilégio, pela afirmação da cidadania como condição política, especialmente em nossa realidade, fortemente marcada pelo autoritarismo e pela sobreposição dos privilégios de alguns poucos, aos direitos de muitos.

É fundamental ressaltar que a própria educação é um direito humano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos aponta no seu artigo XXVI que:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da pessoa humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades individuais Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Uma de nossas questões os indagava sobre em que espaço os jovens presenciam ou presenciaram atos de preconceito ou discriminação. A maioria dos pesquisados apontaram que a

escola é o espaço onde mais ocorrem casos de desrespeito ao próximo. Esse dado nos chama atenção pois, o respeito, a tolerância tão falados na escola, parece ainda carecer de mais visibilidade nesse ambiente.

Educar em DH potencializa nas pessoas o respeito ao ser humano e à sua dignidade, os valores democráticos, a tolerância e a convivência dentro das regras do estado de direito, sendo capaz de contribuir para que as pessoas assumam o papel de protagonistas de sua história, conscientes de suas responsabilidades sociais, políticas, culturais e artífices das transformações necessárias a cada realidade. (SILVA e TAVARES, 2013, p. 52-3).

É na escola que podemos quebrar o grande paradigma do preconceito e da discriminação e esse local não pode continuar sendo um espaço de exclusão.

Em que local presenciou casos de preconceito ou discriminação?	Casa	Escola	Rua	Igreja	Outros
	14	94	75	6	7

Quadro 2: Questão pesquisada

Fonte: O autor

Perguntamos também sobre quais seriam as pessoas que eles acreditavam mais sofrerem com a discriminação.

Na sua opinião quais as pessoas que mais sofrem discriminação?	Negros	Homossexuais	Evangélicos	PcD	Obesos
	133	130	43	76	71
	Mulheres	Religião Afro	Outras		
	44	44	0		

Quadro 3: Questão pesquisada

Fonte: O autor

De acordo com as respostas obtidas, verificamos que os negros e os homossexuais são os que mais sofrem atos de discriminação. Nesse contexto, dialogamos com Boaventura de Souza Santos (2003, p. 56) quando este diz:

[...] temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Esta reflexão nos permite entender o significado da discriminação, relacionado ao fato de que pessoas em condições distintas recebem o mesmo tratamento, e dessa forma perpetuam-se as desigualdades. Negros e homossexuais não podem continuar sendo oprimidos por sua condição. O reconhecimento dessa realidade é de significativa importância no enfrentamento da desigualdade instituída, cuja solução prática, tem se configurado a partir de duas estratégias: a *repressiva punitiva*, que visa coibir eliminar a discriminação e a *promocional*, direcionada à promoção e avanço da igualdade. Mesmo que necessária uma legislação clara e órgãos comprometidos com a repressão de todo e qualquer ato discriminatório, destaca-se a insuficiência das punições ou proibir da exclusão, se essas ações não estiverem associadas a políticas *compensatórias*, especialmente, como sugere Piovesan (2005, p. 49) se “o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação”.

A escola precisa abrir espaço nos seus componentes curriculares para o debate de variados assuntos. Por isso acreditamos que essa instituição necessita oportunizar aos discentes o diálogo com os direitos humanos. As escolas de tempo integral da rede estadual de Pernambuco possibilitam aos jovens essa oportunidade. Entendemos que o estudo e o diálogo com os direitos humanos é uma questão urgente para à consolidação de uma sociedade democrática, somente possível na vivência plena dos direitos sociais e econômicos. É nessa perspectiva que também situamos o direito à educação, pauta dos direitos sociais, e a essa experiência assentada no respeito à dignidade humana e na afirmação de uma cultura que favoreça a vivência de tais valores.

Nesse contexto, tratemos da singularidade humana, em que o estudante, como outro, põe em evidência a necessidade de pensar a educação em atenção a tal especificidade. Isso implica em indagar sobre atitudes, sobre seu lugar no ambiente educativo, o nosso desafio é compreender como a escola pode nos oportunizar essa vivência. Então, é importante nos indagar em que medida a diferença é reconhecida e assumida no contexto da escola, no cotidiano da sala de aula?

Nossa pesquisa demonstrou que os componentes curriculares que mais permitem o debate com variados temas é justamente os direitos humanos, seguido pela sociologia e a história.

Na escola que disciplinas abordam assuntos referentes aos direitos humanos?	Mat.	Port.	Hist.	D.H.	Sociol.	Fil.	Outras
	2	24	64	173	106	36	4

Quadro 4: Questão pesquisada

Fonte: O autor

Esses resultados só nos levam a entender que o respeito à diferença não é, pois, algo que se constitua pela teorização, mais por uma consolidação de saberes em que é necessário o desenvolvimento de uma prática que respeite a *alteridade*, como princípio, e não como mero programa, assumindo o desafio de trabalhar a partir das diferenças. As questões abertas nos oportunizaram compreender que o fato de os alunos pesquisados estudarem esse componente curricular tem lhes permitido ampliar seus conhecimentos de mundo sobre a questão dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa pesquisa constatamos o quanto é importante refletir sobre a questão dos direitos humanos nas salas de aula. Silva (2010, p. 49) assinala sobre a relevância do trabalho com essa temática no currículo básico, consistindo no desenvolvimento de valores, bem como de comportamentos éticos na perspectiva de que o ser humano é sempre incompleto em sua formação. Por ter essa incompletude enquanto ser social, datado, localizado, o ser humano tem permanentemente necessidade de conhecer, construir e reconstruir regras de convivência em sociedade. Ao tratar da temática dos direitos humanos na escola proporcionamos mais humanidade e reflexão aos jovens, disseminando informação e quebrando paradigmas sobre temas que são pouco trabalhados no chão da escola.

Tomando como base a pesquisa realizada verificamos que a escola ao dialogar sobre os direitos humanos contribui de forma muito positiva na formação da criticidade dos discentes.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, 1996.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: SDH; Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

CANDAU, Vera; SCAVINO, Suzana. Educação em Direitos Humanos no Brasil: ideias força e perspectivas de futuro. In: MAGENDZO K., Abraham (org.). **Pensamentos e Ideas Fuerza de la Educación en derechos Humanos em Iberoamerica**. Santiago, Chile: OIE/Oreac/UNESCO, 2010.

CANDAU, Vera Maria. O (a) educador (a) como agente sociocultural e político. In: MONTEIRO, Aida. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as)**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos: Uma História**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LUCENA, Maria de Fátima G. de. **Saúde, Gênero e Violência: um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra**. 2ª edição. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.

Paulo Freire

(Disponível em www.viadeacesso.com.br/v2/revista/Educacao/?id=867. Acesso em 10/08/2017.)

PELIZZOLI, Marcelo; SAYÃO, Sandro (Orgs.). **Diálogo, Mediação e Práticas Restaurativas: Cultura de Paz**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr., 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>. Acesso em 28.08.2017>.

RAMOS, Aura Helena. Educação em Direitos Humanos: local da diferença. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16; n. 46; jan./abr., 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “**Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**”. In: _____. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIOLA, Solon Eduardo A. Políticas de Educação em Direitos Humanos. In: SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma (org.). **Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.